

20/09/2016

APEOESP

55

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

TODOS À ASSEMBLEIA DO DIA 22/9 14 HORAS, VÃO LIVRE DO MASP

Paralise sua escola – venha debater a greve!

Quem financiou o golpe quer que os trabalhadores paguem pelas consequências

Governo Alckmin não negocia e não atende reivindicações

Respostas do Secretário da Educação: reajuste zero – desemprego de professores – terceira chamada de concursados não está garantida

Governo Temer corta verbas – promove reforma da previdência e trabalhista – e quer eliminar disciplinas no ensino médio

O Brasil vive momentos de grandes retrocessos e ataques contra os direitos dos trabalhadores e da população.

Os setores que articularam e financiaram o golpe de Estado que depôs a presidenta Dilma Rousseff não conseguem encaminhar soluções para a crise econômica do país e jogam sobre os servidores públicos e o conjunto dos trabalhadores, mais uma vez, as consequências desta crise, que se agrava a cada momento.

No plano federal, o governo biônico de Michel Temer promove uma verdadeira avalanche de medidas contra os trabalhadores e contra os serviços públicos, colocando em execução o programa denominado “Ponte para o Futuro”. A mais recente é o anúncio de que poderá realizar uma reforma do ensino médio por meio de Medida Provisória, pela qual não apenas atribuirá a adolescentes de 15 anos a responsabilidade de definir sua trajetória profissional e, a partir do segundo ano, escolher as disciplinas que cursará. Temer também pretende eliminar disciplinas como Sociologia e Filosofia e reintroduzir Educação Moral e Cívica, herança da ditadura militar. Não vamos aceitar este crime contra a educação brasileira.

Entre as principais medidas que vem sendo adotadas pelo governo Temer estão:

Reforma da Previdência:

- Acabará com a aposentadoria especial dos professores e demais profissionais que exercem funções perigosas e/ou penosas.
- Unificará a idade mínima dos trabalhadores dos setores público e privado, homens e mulheres, em 65 anos.
- Aumentará a alíquota de contribuição de 11% para 14% e irá impor outros prejuízos aos nossos direitos.
- José Serra já fala em aposentadoria aos 75 anos para servidores públicos.

Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257:

- Congelam investimentos públicos por 20 anos (limitando-os aos valores de 2016, corrigidos pelo IPCA).
- Proíbem reajustes para os servidores.
- Suspendem concursos e contratações.
- Acabam com a vinculação constitucional de verbas para educação e saúde.

Reforma trabalhista:

Todos os direitos previstos na CLT seriam garantidos somente como resultado de negociações bilaterais entre as categorias profissionais e seus respectivos patrões, entre eles:

- 13º salário
- Duração e remuneração de férias
- FGTS
- Política salarial
- Jornada de trabalho (que poderá ser flexibilizada para que se permita que o trabalhador tenha uma jornada de até 12 horas no mesmo dia de trabalho)
- Ampliação da terceirização, alcançando também as atividades-fim nas empresas

Educação:

- Desvinculação das verbas, como previsto atualmente na Constituição Federal.
- Redução dos recursos destinados à educação, o que significa o comprometimento da execução do Plano Nacional de Educação. Citamos, apenas a título de exemplo, as metas 17 e 20 do PNE, que não seriam alcançadas, pois impossibilitaria aumentar os gastos para se chegar aos 10% do PIB até o final do decênio do PNE.
- Fim do Piso Salarial Profissional Nacional, a ser substituído por um “bônus” nacional.
- Esvaziamento do Fórum Nacional de Educação e todas as instâncias do MEC de relacionamento com a sociedade civil organizada.
- Extinção da Secadi, do MEC, responsável por políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais.
- Extinção do Programa Nacional de Alfabetização.
- Extinção do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa.
- Extinção do Pronatec.
- Extinção do Progam Ciência sem Fronteiras.
- Extinção do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e IDEB.
- Ameaça de extinção do ENEM.
- Revogou as nomeações da presidenta Dilma Rousseff para o Conselho Nacional de Educação para dar lugar a representantes da iniciativa privada.

Saúde:

- “Flexibilização” do Sistema Único de Saúde, que poderá perder seu caráter de universalidade e gratuidade.
- Criação de planos de saúde “populares” em lugar da gratuidade do SUS.
- Desvinculação das verbas, como previsto atualmente na Constituição Federal.

Governo de SP nada tem a nos oferecer. A saída é a greve!

Foi neste contexto que a Diretoria da APEOESP reuniu-se na noite de terça-feira, 20 de setembro, com o secretário da Educação. Sobre a questão salarial, mais uma vez nada foi oferecido. Continua em vigor a política de reajuste zero que o governador Geraldo Alckmin vem implementando, agora em sintonia com o presidente biônico Michel Temer. É sintomática desta política a presença na SEE, como secretário adjunto, do senhor Francisco Carbonari, notório representante das escolas particulares junto ao poder público no estado de São Paulo. Obviamente, houve embate na reunião entre nossas concepções e reivindicações e a visão autoritária e privatista deste senhor.

Terceira chamada do concurso de PEB II não está garantida

Nem mesmo a realização de uma chamada de aprovados no concurso de PEB II e PEB I, prometida no final do primeiro semestre, está garantida. A justificativa é sempre a mesma: crise de arrecadação. Ora, mas não eram esses os que iriam tirar o país da crise? E quando a economia ia bem, qual era a justificativa para não atenderem nossas reivindicações?

Gestão democrática não é assunto para poucos

A diretoria da APEOESP também cobrou um processo mais amplo e participativo de debates sobre a gestão democrática na rede estadual de ensino. A meta 19 do Plano Estadual de Educação prevê prazo de dois anos para que seja elaborado projeto de lei que estabeleça os mecanismos de gestão democrática no sistema de ensino. Porém, este projeto não pode resultar de um trabalho realizado por técnicos ou baseado em consultas limitadas e fragmentadas na comunidade escolar. Nossa proposta é de realização de conferências nas escolas, com a mais ampla participação.

Vamos fazer uma gigantesca assembleia no dia 22!

Como se vê, o governo estadual do PSDB não nos deixa alternativa senão debater a greve da categoria. Trata-se de uma decisão que tem que ser tomada pela vontade majoritária dos professores e das professoras, a quem cabe definir o momento adequado para deflagrar o movimento.

Uma coisa é certa: temos que dar uma demonstração de força e disposição de luta no dia 22/9, às 14 horas, no Vão Livre do MASP. A responsabilidade é de cada um e de cada uma. Dialogue com os colegas na sua escola, organize caravanas, procure a subsede, venha para a luta, ela pertence a todos nós.